

● FINANÇAS

Dívida das câmaras aumenta para mais de 110 milhões

Santana renova o título de autarquia com o melhor desempenho financeiro da Região, em 2023, seguida da Ponta do Sol

ROBERTO FERREIRA
rferreira@dnocias.pt

Após onze anos em sentido descendente, a dívida total dos municípios da Região volta a aumentar pelo segundo ano consecutivo. No ano passado subiu 6,1% (+6,3 milhões de euros) face a 2022, ano em que as câmaras da Madeira registaram o passivo de 104 milhões de euros, o terceiro mais baixo dos últimos onze anos. Os dados constam do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP), a que o DIÁRIO teve acesso e que hoje vai ser apresentado, em Lisboa. Os 11 municípios madeirenses tinham, a 31 de Dezembro do ano passado, 110,324 milhões de euros de dívida, um valor ascendente após uma década de descida do passivo global das câmaras da Região. É preciso regredir até 2017 para encontrarmos um montante superior. A dívida global das autarquias madeirenses, representou, em 2023, 2,4% das dívidas de todas as câmaras do País. No ano passado apenas quatro municípios apresentaram uma descida do volume de passivo exigível: Câmara de Lobos (-13,5%), Porto Moniz (-16,2%), Machico (-9,6%) e Porto Santo (-8,4%). Em relação a 2022 apenas o Porto Moniz e o Porto Santo continuaram numa senda descendente face à redução da dívida.

As restantes câmaras registaram um aumento, algumas muito considerável, do seu passivo, com a Ribeira Brava a liderar a subida (+96,9%). A autarquia liderada por Ricardo Nascimento quase duplicou a sua dívida, passando de 3,2 milhões de euros de 2022 para 6,3 milhões no ano passado.



A Câmara da Ribeira Brava quase duplicou a sua dívida num ano.

Seguiu-se Santana (+41,5%), Ponta do Sol (+21%) e São Vicente (18,9%).

De acordo com a publicação do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e Ave, editada pela Ordem dos Contabilistas Certificados, com o apoio do Tribunal de Contas, o aumento da dívida global da Região deu-se em grande parte devido à subida do passivo das câmaras da Ribeira Brava e de Santa Cruz (+12,8%).

Funchal cai na tabela

O Funchal, o único 'Grande Município' da Região, por ter mais de 100 mil habitantes, registou uma pequena subida da sua dívida no ano passado (+1,7%), passando de 56,4 milhões de euros para 57,4 milhões. Recordou-se que a autarquia da capital quebrou, em 2022, o ritmo de descida iniciado em 2019, ano em que tinha inscrito um passivo de 57,5 milhões de euros, na altura em que a coligação 'Confiança', liderava a autarquia.

Em 2021 a CMF apresentou a dívida mais baixa, ainda da responsabilidade da 'Confiança', com 47,4 milhões de euros. No primeiro ano do mandato de Pedro Calado (Funchal Sempre à Frente) a autarquia aumentou em quase 10 milhões o seu passivo. Em 2022 volta a subir, mesmo que de forma tímida.

Contas feitas, no ranking nacional dos municípios com maior passivo exigível, Lisboa lidera a tabela

com mais de 457,6 milhões de euros de dívida. O Funchal surge em 17.º lugar (era 14.º em 2022), à frente de autarquias como Matosinhos, Porto ou Sintra.

Dos 11 municípios madeirenses o Funchal é, naturalmente, o que detém a dívida mais elevada, seguido do de Santa Cruz e Ribeira Brava, que aumentaram os respectivos calotes. O primeiro é um concelho de média dimensão e o segundo de pequena.

Câmara de Lobos, autarquia de média dimensão, surge em 4.º lugar da tabela, seguindo-se os restantes, todos de pequena dimensão.

Com o menor passivo exigível, Santana (779 mil euros) e Porto Moniz (1,1 milhões de euros) destacam-se também a nível nacional em 8.º e 13.º lugar, respectivamente, numa lista de 50 municípios. Na tabela surge ainda Ponta do Sol, na 14.ª posição, com um passivo de 1,1 milhões de euros.

No ranking global regional dos municípios com melhor eficácia financeira, Santana surge novamente em primeiro lugar, seguindo-se Ponta do Sol e Porto Moniz, que são todos municípios de pequena dimensão, isto é, com menos de 20 mil habitantes. Surgem depois o Porto Santo e a Calheta, também de pequena dimensão e por fim na sexta posição Santa Cruz, que é uma câmara de média dimensão, isto é, com população superior a 20 mil pessoas, mas inferior a 100 mil.

No ranking nacional o Funchal surge na 10.ª posição e Santa Cruz na 24.ª.

Recorde na receita

A Região registou, em 2023, um aumento do valor da receita cobrada.

De acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses a receita global arrecadada pelos municípios da Região da Madeira aumentou 8,5% (+20,8 milhões de euros), mantendo a tendência manifestada em 2017 (+24,4 milhões de euros, +15,6%), 2018 (+32,8 milhões de euros, +15,6%), 2021(+37,9 milhões de euros, +20,2%) e 2022 (+20,7 milhões de euros, +9,2%) após descidas consecutivas anotadas entre 2013 e 2016 e 2019 e 2020.

O montante global de 266,6 milhões de euros colectado em 2023 pela totalidade dos municípios madeirenses é a maior desde 2013, ultrapassando esta em 46,5 milhões de euros (+21,1%). Quatro dos onze municípios contribuíram mais para o aumento global da receita da Região. Foram eles: Ribeira Brava com 5,2 milhões de euros (+49,8%); Porto Moniz com 1,6 milhões de euros (+21,8%); Santa Cruz com 4,2 milhões de euros (+15,0%) e Porto Santo com 0,9 milhões de euros (+15,9%); Regista-se também que a receita de três dos onze municípios da Madeira baixou entre 13,4% (São Vicente com -1,2 milhões de euros) e 1,5% (Machico com -214,1 milhares de euros).

O Funchal é o número 1 do ranking com 126 milhões de euros em receitas cobradas, mais 8,3% do que no período homólogo. O Porto Santo ocupa a última posição, com 6,3 milhões de euros (+15,9% face ao ano anterior).

Em 2023 os municípios regionais apresentaram uma estrutura de receita em que o peso médio da receita fiscal se aproximou do peso médio nacional ao cifrar-se em 33,3%, apenas 0,6pp inferior ao peso médio a nível nacional. O AFMP releva, pela positiva, o peso da receita fiscal em quatro dos onze municípios: Porto Santo, com o peso de 49,0% (+1 pp do que o apresentado em 2022), Funchal com o peso de 40,7% (+1,4pp que o peso apresentado em 2022), Calheta, com o peso de 39,1% (+6,6pp do que o apresentado em 2022) e Santa Cruz, com o peso de 36,5% (-1,4pp do que o apresentado em 2022). Todos os restantes municípios madeirenses apresentaram uma estrutura de re-

Independência financeira

Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses no que concerne aos municípios das regiões autónomas a independência financeira tem-se apresentado com valores relativamente baixos, predominantemente nos municípios de pequena dimensão. No período entre 2013 e 2023, a média deste indicador foi de 26% nos Açores e na Madeira foi de 37%, devido ao excessivo peso das transferências no total da receita arrecadada, que representaram, respectivamente, em média, 70,6% e 58,9%. Contudo, neste período, observou-se, em geral, um ligeiro aumento do índice de independência financeira nos municípios dos Açores (+4,8 pp) e um acentuado aumento na Madeira (+13,8 pp) atingindo em 2023, respectivamente, os valores de 27,2% e de 42,7%. Tal variação apareceu associada, em ambas as regiões, à variação do peso dos passivos financeiros (+0,1% nos Açores e +0,3% na Madeira). O peso anual dos passivos financeiros tem sido muito variável em ambas as regiões.

Em 2023, o líder do ranking de maior índice de independência financeira foi Funchal com 76,6% (+6,3pp que em 2022), seguido de mais três municípios com um índice superior a 50%: Santa Cruz com 66,4%, Porto Santo com 60,2% e Calheta com 50,4%, Porto Santo com 60,2% e Calheta com 50,4%.